

ARQUEOLOGIA DO IMPRESSO NO BRASIL

Maria Inês de Almeida¹

I

Desde o início dos anos 80, começaram a aparecer, em diversos estados do Brasil, mas de forma mais intensa nas regiões Norte e Centro-Oeste, publicações de autoria indígena. Livros e cartilhas, contendo textos em língua portuguesa ou em língua indígena, produzidos geralmente com fins didáticos, para auxiliar os professores em formação, no esforço, promovido pelo próprio MEC (que tem financiado a maioria dessas publicações), de se construir e chamada educação indígena no país.

Podemos considerar que, a partir desses movimentos educacionais, os povos indígenas iniciaram uma retomada do diálogo com os saberes do mundo da escrita, implicando talvez num diferente contato com o chamado mundo ocidental, ou europeu. Através da criação e da circulação das formas que reiventam, eles entram no circuito literário, e se envolvem na problemática da escrita e da publicação. Diversos entre si e da literatura ocidental moderna, os textos indígenas despolarizam, até quase a dissolução, os parâmetros canônicos, deixando a descoberto a crítica e a historiografia literárias baseadas na tradição escrita. Ao observar os livros feitos pelos índios, voltamos a um estágio de pré-história da literatura (uma ignorância sobre a história?). A memória, no entanto, surgirá desse vazio. Poderíamos recomençar a escrita da história. Não é assim que a história funciona, com as vozes antes silenciadas perturbando os cânones e conclamando novas escrituras?

Os indígenas brasileiros, através da aquisição e do domínio da escrita, passam a fazer história, enquanto produção de sentidos para a própria ressubjetivação. Não há história sem

¹ Professora de Literatura Brasileira na UFMG. Doutora em Comunicação e Semiótica, pela PUC-SP, com a tese *Ensaio sobre a literatura indígena contemporânea no Brasil* (1999)

discurso. E a escrita e seus meios são instrumentos que os índios estão utilizando para configurar suas identidades. Identidades, não como essência, mas resultantes de processos de identificação do sujeito ao complexo de formações discursivas historicamente (ideologicamente) determinadas. O que se exige de um discurso não é uma verdade, é uma lógica discursiva.

Para os índios, introduzir a escola em suas aldeias, e, com ela, a escrita, significa a possibilidade de “dominar a lógica dos brancos”. Ocorre, entretanto, que “fica difícil para esse indivíduo vocal/escritural inscrever-se numa linha retilínea do tempo (a não ser pelos mecanismos facilitadores da ilusão ideológico-institucional), que dicotomize o mundo em sim ou não, ser ou não ser, essência ou existência, dentro ou fora, em suma, inclusão ou exclusão.”² Daí que a literatura, o potencial transformador da palavra posto em ação, é o lugar dos “cruzamentos sincrônicos”, em que é possível deixar o texto em aberto; entre memória e projeção, entre ser krenak, ou pataxó, e ser brasileiro.

Cada época tem suas experiências significantes, na medida em que seus signos se organizam pelas possibilidades de leitura que vão surgindo. Por que antes não houve literatura indígena no Brasil? A resposta parece óbvia: antes os índios não escreviam³. Será que a literatura se vincula necessariamente ao estado escritural da língua? Genette acredita que os usos não literários da escrita e a existência da poesia oral afastam a hipótese de que a condição para a literatura seja a escrita. Porém, seria pertinente lembrar a formulação de Jacques Rancière,

² PINHEIRO (1994). P. 21

³ Cf. MELIÁ, Bartomeu. Bilingüismo e escrita. D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (orgs.) *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Campinas: ALB, Mercado de Letras, 1997. Pp. 94-95: “Sem dúvida houve numerosos leitores e escritores, em um sentido quase mecânico, nas Reduções, e disso dão fé as cópias manuscritas e as inumeráveis cartas em Guarani que se conservam nos arquivos e museus. (...) Os índios Guarani, verdadeiros senhores da palavra em sua sociedade tradicional, e que chegaram a ter bom domínio da letra, vieram a ser também escritores, não só escrivães. A educação literária promovida nas Reduções despertou interesse na leitura e suscitou bons artesãos da escrita. O padre José Manuel Peramàs, que pode ser considerado o primeiro historiador da literatura em Guarani, relembra isso: ‘Como os guaranis não entenderam os livros em castelhano, os jesuítas puseram-se a escrever livros em guarani e, com efeito, compuseram muitíssimos, dos quais não poucos foram impressos. Os índios os liam com avidez (avide legebant)’”.

quando ele coloca que a questão da literatura não é lingüística, e que a noção de escrita não se reduz à de estado escrito da língua, oposto ao seu estado oral : “A escrita não é o contrário da palavra oral, ela é o contrário da palavra *viva*.”⁴

Compreendo, com Rancière, que a grande novidade, no caso da reinserção das comunidades indígenas na cultura brasileira, é a possibilidade, pela primeira vez, de sua palavra ser posta em circulação independentemente da sua presença corporal. Como subjétil, para usar a palavra de Artaud. Nem sujeito, nem objeto, mas estilo, na medida em que se aproxima do suporte, da superfície, ou do material, do corpo único da obra em seu primeiro acontecimento.⁵

O que se deu historicamente, pela obliteração da voz que só o gesto escritural indígena poderia ter impedido, é que a matéria literária das diversas tribos brasileiras – suas realidades, suas ficções, seus ritmos poéticos – foi sistematicamente impedida de configurar literaturas. Os cantos, as histórias de hoje e de antigamente, as falas rituais, as formas que servem para a ligação entre o visível e o invisível, as fórmulas para dizer o indizível: tudo o que poderia se transformar em literatura indígena, desde que fosse escrito em língua indígena, pelos próprios índios, foi expropriado por discursos outros. Discursos cuja paternidade foi assumida pela impostura religiosa e científica de padres catequistas, antropólogos, etnólogos, lingüistas, agentes nas aldeias, representantes dos setores hegemônicos brasileiros e estrangeiros.

Por outro lado, temos prova de que a literatura brasileira está eivada das vozes indígenas, e ainda há muito que se conhecer sobre as formas como estas vozes compõem nossa vida literária. Couto de Magalhães, cujo trabalho poético/etnográfico ainda é pouco conhecido entre os universitários da área de Letras, trata nas páginas de *O selvagem*, de forma exemplar, das três fases do cruzamento entre o tupi e o português:

⁴ Cf. RANCIÈRE (1995). P. 97

²³ Cf. DERRIDA, Jacques. *Enlouquecer o subjétil*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

1- Tendo colligido no Brasil numerosas cançonetas populares em que se nota esse cruzamento. Ora, há nellas a mistura primitiva e grosseira, isto é, as duas línguas entram na composição, com seus vocabulos puros, sem que estes soffram modificação; um especimen curioso deste primeiro cruzamento é a seguinte quadra que ouvi muitas vezes cantada pelo povo do Pará:

Te mandei um passarinho.
Patuá miri pupé
Pintadinho de amarello,
Iporãnga ne iaué.

Quer dizer: Mandeí-lhe um passarinho, dentro de uma caixa pequena; pintadinho de amarello, e tão formoso como você.

Comprehende-se bem que cançonetas assim em duas linguas simultaneas pertencem ao periodo em que ellas eram igualmente populares. Pertencem, pois, ao primeiro, ao da juxtaposição e do equal predominio das duas raças.

2- Pouco a pouco uma língua predomina, e só ficam da outra algumas palavras...

Vamos dar a despedida
Mandú sarará
Como deu o passarinho
Mandú sarará
Bateu aza, foi-se embora
Mandú sarará
Deixou a penna no ninho
Mandú sarará

3- Finalmente, os vocábulos da lingua absorvida desaparecem na lingua absorvente, para não ficarem outros vestigios della sinão o estylo, as comparações, algumas formas grammaticaes e algumas alterações de sons (...) Citarei como pertencendo a este periodo, as duas seguintes quadras, que ouvi em Ouro Preto, em 1861, as quaes, segundo me parece, encerram o mesmo systema de imagens da que fica impressa acima, apenas em um periodo mais adeantado de cruzamento:

Vamos dar a despedida
Como deu a pintassilva;
Adeus, coração de prata,
Perdição da minha vida!

Vamos dar a despedida
Como deu a saracura;
Foi andando, foi dizendo:
Mal de amores não tem cura.

Notam-se ainda hoje no Brasil estes tres periodos de cruzamento
lingüístico.

Ixé, man, guirá mirim!
Xa rekó, man, ce pepó
Xa bebê ne rakaquera
Xá puama ne rekó...

Tradução: Si eu fôra um passarinho, oh quem me dera! Eu teria
minhas azas, voaria no teu encalço, e me ergueria ao pé de vós⁶

II

O *logos* indígena se torna, agora – no momento em que o índio empunha os instrumentos da escrita ele mesmo, seu corpo – letra finalmente órfã, em textos de autoria necessariamente coletiva. Desde os primeiros contatos, segundo alguns pesquisadores, os índios julgavam que o papel escrito era quase tão terrível como as armas de fogo que feriam e matavam à distância, porque levava e lançava palavras de vida e de morte a distâncias ainda maiores. O papel escrito era instrumento de grandes e longínquos poderes, através de vozes nunca escutadas, mas que eram vistas no desenho do papel. *Kuatia* é como os guaranis chamam a letra, que designa também o desenho e a pintura com que se enfeitam os homens: *ava ikuatia pyra*, ao enfeitar o papel, se torna escrita. *Tupa pire* é pele divina ou feiticeira para os guaranis-chiriguano. *Kanasi* é letra para os yanomamis, quer dizer vestígios, cadáver, restos, sinal ou indício. Após fornecer a seus leitores estas informações, Bartomeu Meliá pergunta a propósito: “Não tem cada livro, inclusive em seu aspecto exterior, a forma de um pequeno caixão, no qual se guardam os ossos da

⁶ MAGALHÃES, 1943

palavra?”⁷

No Ocidente, para se estabelecer na vida cultural de um país, participar de uma tradição, é preciso se introduzir numa linhagem. É por isso que, como diz Jorge Luís Borges, através da leitura, criamos precursores. Pela leitura, podemos ouvir os antepassados, nossos e dos outros, como sempre fizeram os povos indígenas. Agora que pretendemos, com nossas pesquisas, contribuir para a inscrição da literatura indígena emergente na historiografia literária brasileira, necessitamos buscar as pegadas que os índios deixaram, de uma forma ou de outra, nos livros. Por exemplo, reescutar com José de Anchieta suas diferentes dicções: “ Por que os Pitiguáres do Paraíba até os Tamoyos do Rio de Janeiro pronúnciao inteiros os verbos acabados em consoante, vt apâb, acêm, apên, aiûr”, quando ele se dispôs a escrever a *Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*, em 1595, cujas chapas se encontram conservadas na Biblioteca Nacional.

Desde os primeiros momentos da colonização, o território brasileiro foi campo de uma batalha lingüística, que os historiadores da literatura só fizeram ignorar. Talvez os catequistas tenham errado querendo reduzir a analogia e a sintaxe dos idiomas americanos às regras dos idiomas clássicos, mas esse erro é certamente muito desculpável já que a ciência lingüística não havia ainda evoluído, apenas havia nascido nos braços dos humanistas do século XVI. O Pe. Alonso Barzana chegou a aprender 13 idiomas. Pe. Cristoban Altamirano escreveu um compêndio “de la doctrina cristiana para ninos” em guarani . Allonso de Aragona foi autor de cinco obras em língua guarani. Pe. José Insaurrealde escreveu, em 1759, *Ara poru aguiyey* (368 páginas): “uma das obras em guarani mais apreciáveis, já que o autor era paraguaio e exímio mestre desse idioma”.

⁷ Cf. MELIÁ, Bartolomeu. Bilingüismo e escrita. D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (orgs.) *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Campinas: ALB, Mercado de Letras, 1997. P. 92

Os primeiros livros impressos por aqui o foram em território guarani e pelas mãos dos próprios indígenas, que trabalhavam numa das tipografias instaladas pelos jesuítas, na fronteira entre Brasil e Paraguai, a partir de 1700. Duas obras, das quais não existem mais nem fragmentos, senão notícias, inauguraram essas instalações tipográficas : *Martirologio Romano* (1700) e *Flos Sanctorum* (1703). O índio Joan Yapari, na missão jesuítica de Santa Maria Mayor, fez 43 estampas e muitas vinhetas, abertas em cobre e madeira, para o livro intitulado *De la diferencia entre lo temporal y eterno* (1705) do Pe. Eusébio Nieremberg, traduzido para o guarani pelo Pe. José Serrano, que vem a ser o exemplar mais antigo chegado até os pesquisadores do século XX. Vamos considerar, assim, a primeira obra da literatura indígena brasileira esse livro ilustrado e confeccionado por um guarani. O interesse deste dado bibliográfico é o seu potencial metafórico, e a pergunta que ele suscita : se a colonização teve como um dos principais gestos a catequese através do livro, portanto, da leitura e da escrita, o que significa na cultura brasileira a esterilidade desse gesto ?

Em 1910, o etnólogo Rodolpho Schuller publica, no Pará, uma notícia bibliográfica sobre *Um livro americano único – o primeiro impresso nas Missões Guarani da SJ. É sobre o Manuale ad Vsum Patrum Societatis Iesv Qui in Reductionibus Paraquarie Versantur ex Rituali Romano ac Toletano Decerptum Anno Domini MDCCXXI. Superiorum Permissu Laureti. Typis PP. Societatis Iesv.* (Vol. In-8º maior – 266 pp. + XL ff. Sem nº).

Este único exemplar se encontra na Biblioteca Nacional de Madrid e nos interessa especialmente pela nota manuscrita em francês pelo Mr. A. Renouard : « De todos os livros que vi, este é certamente o pior impresso. Todas as letras estão movidas, e este não é seu menor defeito. É um volume extremamente curioso, e provavelmente o único exemplar que existe na Europa ». Porém, na primeira folha, uma outra inscrição à mão : « Este defeito, que depreciaria um dos nossos antigos livros, nada significa num volume desta linhagem. » O caráter de obra rara

(desde, pelo menos, 1819, notadamente pelo Abade Seguro de Buenos Aires) marca desde o princípio o destino dos livros produzidos pelos índios, ou com os índios.

O estigma do exótico, inusitado, diferente, esquisito, e, sobretudo, precário, que marcou profundamente a produção cultural de povos indígenas, sobretudo na recepção européia, paradoxalmente, hoje se reverte em favor desses mesmos povos. A economia de mercado, o liberalismo econômico, a democratização dos meios de comunicação pela informática, na prática, têm funcionado como condições de possibilidade para que os índios transformem a falta em suplemento. O que outrora foi digno de nota pela excepcionalidade, não encontrando lugar no comércio da sua época, hoje pode ser tomado como tesouro, numa arqueologia em prol da história indígena. Quando, na tipografia da Missão, um índio de mão grosseira estragou uma letra, ele criou um fato histórico. A contribuição milionária de todos os erros.

Nas missões guaranis, pelo que consta, foram produzidos, no século XVIII, pelo menos quatro livros em língua guarani, sendo dois deles de autoria indígena : *Vocabulário da língua guarani* (1722) e *Arte de la lengua guarani* (1724) do Pe. Antonio Ruiz de Montoya, no pueblo de Santa Maria Mayor ; e *Explicación de el catechismo en lengua guarani* (1724) e *Sermones y exemplos en lengua guarani* (1727) de Nicolas Yapuguay, com «dirección de un religioso de la Compania de Jesus ».

As bibliotecas da Cia de Jesus, pelo que consta, foram numerosas e importantes. Restauração e encadernação eram práticas correntes e matérias de ensino nos eus colégios. Havia nos colégios pessoal menor para limpeza, conservação e encadernação dos livros. Nos catálogos destas bibliotecas, podem se ver os ofícios habituais e as indicações de tipógrafos e impressores, certamente indígenas reduzidos. Como Lourenço, um serventuário do Colégio do Pará que “tocando o sino a trovões mui rijos faleceu de um corisco” e se sepultou na igreja da Cia, do qual se diz que era alfaiate livreiro. Há referências a Antonio Gonçalves, Antonio da Costa, Afonso

Matheus, José Correia, Manuel Pires, Manuel da cunha, Manuel da Mota, Manuel Fernandes, Manuel Torres – em catálogos de artes e ofícios que se encontram em bibliotecas a Europa (Lyon, Viseu, Porto, Coimbra).⁸

No século XVI, o gênero literário que se desenvolve em decorrência dos primeiros esforços de colonização e aldeamento dos índios é o da epistolografia. Nóbrega é o autor inaugural com *Informações da Terra do Brasil* seguido de Fernão Cardim, com *História dos Colégios* e *Narrativa epistolar*. Um documento literário sobre o qual se poderia fundar as relações entre a terra e a letra no chão brasileiro, quando a paisagem se imprime de forma a iniciar a demarcação do espaço literário, é o *Quamplurimarum rerum naturalium* – noções sobre fauna, flora, botânica, ictiologia, etnologia e folclore, de autoria do Pe. José de Anchieta. Esses textos, no entanto, foram impressos na Europa.

Do que se tem notícia, somente em princípios dos séc. XVIII, é que foi criada uma primeira tipografia em Pernambuco (imprimia letras de câmbio, orações e estampas religiosas, registros, segundo documentos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil). Esta tipografia foi fechada em 1706. Em 1747, Lisboa expediu uma carta régia, após mandar fechar a pequena tipografia de Antonio Izidoro da Fonseca, mandando sequestrar e remeter ao Reino as letras de imprensa idas para o Estado do Brasil: “No qual não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem pode ser de utilidade aos impressores trabalharem seu ofício, aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis no mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, sem os quais se não podem imprimir nem correrem as obras.”⁹ Da tipografia malograda de Izidoro saiu o

⁸ LEITE, História, III, 216.

⁹ (CARVALHO, Alfredo. Da Introdução da imprensa em Pernambuco pelos holandeses, in *Revista Institucional do Arquivo Pernambucano*, XIV, 710).

primeiro folheto (uma folha volante de 17 páginas impresso do Brasil: *Relação da Entrada do Bispo Antonio do Desterro* - romance heróico em 24 quadras redigido pelo juiz de fora Luís Antonio Rosado da Cunha).

Percebo, pelos documentos de que disponho, que houve uma reação oficial dos portugueses em defesa da supremacia de seu idioma, contra a disseminação das linguagens nativas. No sentido de nivelar as diferenças, substituiu-se o que era considerado inferior e não condizente com a “civilização”, pelo único instrumento entendido como capaz de produzir pensamento: a língua portuguesa.

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade de seus antigos costumes; e tem mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz nele o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando, pois todas as Nações polidas do Mundo este prudente, e solido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrario, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, a que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum,

que os meninos, e meninas, que pertencerem as Escolas, e todos aquele
Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua
própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na formas, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas Ordens, que ate agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.¹⁰

III

A partir de considerações iniciais e ainda incipiente pesquisas, a questão da relação dos índios com a cultura do impresso, bem como o trabalho dos missionários religiosos nos aldeamentos e colégios, em prol do desenvolvimento dessa cultura no território americano, começou a tomar corpo e constituir algumas hipóteses que têm nos levado à elaboração de um projeto de pesquisa que se intitula *Arqueologia do impresso no Brasil*, cujo objetivo geral é buscar, em fontes bibliográficas, os vestígios da presença de indígenas na história do livro na América do Sul, especificamente no trabalho de impressão realizado nas missões religiosas situadas em ambos os lados de Tordesilhas, no século XVIII.

É importante lembrar que os índios do Brasil são, no sec. XVI, os do espaço atribuído a Portugal pelo papa pelo Tratado de Tordesilhas, algo entre a boca do Tocantins ou a boca do Parnaíba, ao Norte, até São Vicente, ao Sul, e talvez a zona contestada dos Carijós. O rio Amazonas e seus índios seriam, na época, ainda posse dos espanhóis. A imagem dos índios do Brasil, neste século, é a dos guaranis, conforme assegura Manuela Carneiro da Cunha.¹¹

¹⁰ DIRECTÓRIO QUE SE DEVE OBSERVAR NAS POVOAÇÕES DOS ÍNDIOS DO PARÁ, E MARANHÃO ENQUANTO SUA MAJESTADE NÃO MANDAR O CONTRÁRIO. LISBOA, NA OFFICINA DE MIGUEL RODRIGUES, IMPRESSOR DO EMINENTÍSSIMO SENHOR CARDIAL PATRIARCA C. DCC. LVIII. Fragmento recortado do site WWW.Unicamp.br/iel/memoria

¹¹ CUNHA,

O projeto de pesquisa que estamos elaborando pretende, para rastrear a relação entre os indígenas e os livros, nos primeiros momentos da colonização, possivelmente até a expulsão dos jesuítas do Brasil, pelo decreto do Marquês de Pombal, fazer um levantamento bibliográfico das obras editadas em território americano até o século XVIII, pesquisar em fontes historiográficas as referências às práticas da leitura e da escrita nas escolas e nas missões religiosas, verificar a participação de indígenas na produção de livros e no trabalho de impressão na época colonial, estudar e descrever os produtos gráficos produzidos com a ajuda de indígenas, disponíveis em bibliotecas nacionais e internacionais.

Em um levantamento prévio, já constatamos a necessidade de iniciar a pesquisa nas seguintes fontes manuscritas, sendo que os *Catálogos da Província do Brasil e da Vice-Província do Maranhão e Pará* (15556 a 1767) são as fontes primárias e manuscritas fundamentais para se pesquisar os ofícios desenvolvidos nos colégios da Cia do Brasil: Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Vittorio Emanuele – Roma - Fondo Jesuítico 3492/1363, Arquivo da Província Portuguesa: Diário de diversos acontecimentos no Maranhão e Pará de 1756 a 1760, Biblioteca pública e Arquivo Distrital de Évora, Biblioteca Relat de Bruxelas, Universidade Gregoriana, Itamarati – Brasil.

As fontes impressas nas quais pretendemos iniciar a pesquisa são as de autoria de Serafim Leite: *História da Cia de Jesus no Brasil*), Robert Smith: *Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros*, as *Cartas Jesuíticas* (1565)– reeditada pela Academia Brasileira de Letras (*Cartas de Nóbrega*, *Cartas Avulsas* e *Cartas de Anchieta*), e a *Chronica de Bettendorf* (sobre as missões do Maranhão e do Pará).

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- BALDUS, Herbert. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo: Missão do IVº Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- BÉNASSY-BERLING, Marie-Cécile; CLÉMENT, Jean-Pierre; MILHOU, Alain (Coord.). *Langues et cultures em Amérique Espagnole coloniale*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1993.
- CARDIM, Fernão. *Do princípio e origem dos Índios do Brazil*. Rio de Janeiro, 1881
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. In PIZARRO, Ana. *América Latina. Palavra, literatura e identidade*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.
- D'ABBEVILLE, Claude. *História da Missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984
- D'EVREUX, Frei Ivo. *Viagem ao Norte do Brasil*. Trad. César Augusto Marques. Rio de Janeiro, 1929 pp.122-123. Apud CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984. P.80-81
- DE CERTEAU, Michel. *L'écriture de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- DE CERTEAU, Michel. *Une politique de la langue*. Paris: NRF/ Gallimard, 1975.
- DERIVE, Jean. Le jeune menteur et le vieux sage. Esquisse d'une théorie littéraire chez les Dioula de Kong (Côte d'Ivoire). In *Graines de la parole*. Paris, Editions du CNRS, 1989.

DERRIDA, Jacques. *Forcener le subjectile, préface aux dessins et portraits d'Antonin Artaud*.

Paris: Gallimard, 1986.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

LEITE, Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1943.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil Colonial. Apontamentos para a História do Maranhão*. Petrópolis,: Vozes, 1976.

LUTTERBECK, Pe. Jorge. *Jesuítas no sul do Brasil. Capítulos de História da Missão e província Sul-Brasileira da Companhia de Jesus*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1977.

MADUREIRA, J.M. *A liberdade dos índios e a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: EPASA, 1944.

MAGALHÃES, Couto de. *O Selvagem* ; edição comemorativa do centenário da 1ª edição (com fac-símile da 1ª ed.). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MELIÁ, Bartomeu. Bilingüismo e escrita. D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (orgs.) *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Campinas: ALB, Mercado de Letras, 1997. P.89-104.

NIMUENDAJU. *Mapa Etno-histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A IMESP, 1988.

SEPP, Pe. Antonio. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Trad. Raymundo Schneider. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.